



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueiredo Alves

4ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal em Apelação n.º 0331526-8

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco- CELPE

Agravada: João Francisco de Oliveira Júnior

Relator: Dês. Jones Figueiredo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA C/C TUTELA ANTECIPADA. VISTORIA NO MEDIDOR. EMISSÃO DO TERMO DE IRREGULARIDADE. MULTA PELO CONSUMO NÃO FATURADO. CORTE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA. SÚMULA 13 TJPE. MANUTENÇÃO DA TERMINATIVA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não será aceito o arbitramento unilateral de consumo com base em estimativa de consumo supostamente não aferido, decorrente de inspeção na qual não foi oportunizada a participação de técnico de confiança do consumidor.;
2. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII) na relação entre concessionário e usuário, invertendo-se o ônus da prova sempre que presentes os pressuposto da verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do consumidor;
3. A suposta fraude no medido não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação unilateral;
4. Agravo legal não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Legal em Apelação Cível nº 0331526-8, em que figuram como agravante CELPE - Companhia Energética de Pernambuco e, como Agravado, João Francisco de Oliveira Júnior, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão impugnada. Tudo conforme a ementa, e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 29 de Maio de 2014.


Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

1

113
M

4ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal em Apelação n.º 0331526-8

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco- CELPE

Agravada: João Francisco de Oliveira Júnior

Relator: Dês. Jones Figueiredo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso de Agravo interposto pela CELPE - Companhia Energética de Pernambuco contra decisão terminativa de fls. 92/97, a qual se negou seguimento à apelação sob o argumento de violação da súmula nº 13 deste Colendo Tribunal de Justiça, em razão da indevida suspensão do fornecimento de energia elétrica da residência do autor.

Irresignada com mencionada decisão monocrática, a parte agravante interpôs às fls. 100/104 o presente agravo legal previsto no §1º do art. 557 do Diploma Processual Civil, com base nos argumentos do primitivo recurso, notadamente a legalidade da suspensão dos serviços em virtude de constatação de irregularidade descrita no termo de ocorrência.

Pede, assim, seja reconsiderada a decisão para fins de recebimento e provimento do recurso.

É o relatório.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

DECISÃO TERMINATIVA:

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 29ª Vara cível da capital, nos autos da Ação de Desconstituição de Cobrança indevida c/c Tutela antecipada movida por João Francisco de Oliveira Júnior em face da CELPE - Companhia Energética de Pernambuco.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

O autor, ora apelado, relata: a) que após ausentar-se de seu imóvel por alguns dias, retornou e encontrou o fornecimento de energia elétrica suspenso; b) que em 11.10.2012 funcionários da empresa ré realizaram uma inspeção de rotina no imóvel; c) que no final do mesmo mês recebeu uma correspondência da CELPE informando que naquela vistoria foi detectada uma irregularidade, gerando o cálculo de consumo presumido não medido, por um período não informado, no valor de R\$ 3.448,24 (Três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

Alegou ainda que "não cabe ao consumidor absorver qualquer prejuízo pela má manutenção que a CELPE presta aos seus equipamentos", requerendo em sede de tutela antecipada o restabelecimento do fornecimento de energia e no mérito a desconstituição da cobrança e confirmação da liminar.

O juízo de primeiro grau deferiu o pleito liminar, afastando o procedimento do artigo 72 da resolução ANEEL nº 456/00 para apuração do débito e invertendo o ônus da prova.

Em suas contrarrazões, a parte ré, ora apelante, defende que em decorrência da irregularidade na unidade consumidora não foi efetuada a leitura do valor real consumido, promovendo o enriquecimento sem causa, ainda que ele não tenha produzido a irregularidade. Pugna pela aplicabilidade dos artigos 884 e 885 do Código Civil, os quais vedam o enriquecimento ilícito, autorizando a cobrança mesmo sem a presença de má-fé. Ressaltou, por fim, que a fatura emitida foi referente ao período compreendido entre abril/2012 e outubro/2012 e que restou oportunizada o recurso do consumidor quanto a fatura.

Juntou aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI) nº 1024874, no ato da inspeção realizada no dia 11.10.2012, para constituir prova de que todo o procedimento foi em estrita observância das normas sancionadas pela ANEEL.

Em face da decisão liminar de religamento, a CELPE apresentou Embargos Declaratórios em razão do não condicionamento dos efeitos do *decisum* ao débito em litígio, requerendo sejam limitados os efeitos da liminar ao débito objeto da demanda.

Manifestação da parte autora sobre os embargos às fls. 59-61.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

O MM Juízo de piso julgou procedentes os pedidos autorais, confirmando a decisão antecipatória dos efeitos da tutela, para declarar a inexistência do débito objeto deste feito. Fundamentou sua decisão no entendimento de que o alto valor da fatura objeto da cobrança, a partir da nova medição, evidencia que o arbitramento unilateral dos valores pela ré implicou prejuízos ao consumidor e infringiu o princípio da modicidade das tarifas e o princípio da boa-fé. Condenou a parte ré e arcar com às custas e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação, atualizado monetariamente a partir da sentença.

Em sede de apelação, a CELPE afirma que: a) o procedimento adotado para constatar a irregularidade no sistema de medição de energia é legal; b) após a inspeção o consumo dobrou em relação ao histórico anterior, provando o consumo defasado; c) a resolução nº 414/2010 da ANEEL autoriza a concessionária a realizar vistorias nas unidades consumidoras sem prévio aviso ao consumidor, bem como a possibilidade de defesa junto a concessionário do valor de controverso. Alega, por fim, a legalidade da cobrança e a proibição de enriquecimento sem causa.

É o relatório.

Examino.

É forçoso reconhecer, primeiramente, que a matéria posta ao colegiado deverá ser julgada nos moldes do art. 557 do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

Pois bem. A controvérsia da questão tem como lastro a cobrança de débito decorrente de suposta avaria no medidor de consumo, constatada através de inspeção unilateral efetivada pela concessionária fornecedora (fls. 33-41).

Aqui não se trata de simples inadimplência, mas de cobrança de diferença no consumo de energia elétrica, cuja origem é controvertida, o que não permite que o consumidor seja privado do serviço.

Deve-se frisar que a perícia administrativa não é absoluta, sendo insuficiente para respaldar a legalidade da cobrança, posto ser realizada unilateralmente na própria empresa e, principalmente, longe das vistas do órgão judicial.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

A despeito do que alega a apelante, da análise dos autos verifica-se que não foi assegurada à apelada o acompanhamento da fiscalização com a assistência de técnico de sua confiança. Ademais, não há qualquer prova que permita concluir que houve efetiva fraude no medidor.

Como é sabido, tratando-se de relação de consumo, são aplicáveis à espécie as normas protetivas ao consumidor, de modo a proteger a parte hipossuficiente em face do monopólio da concessionária das informações e do procedimento que levaram à conclusão de ocorrência de fraude no medidor.

Dessa forma, não se pode atribuir ao consumidor, sob a mera alegação de que o mesmo é depositário, a responsabilidade por eventuais danos ou irregularidades no medidor de consumo, sem que se desincumba a recorrente de provar o alegado.

Nesse diapasão, a apuração das supostas irregularidades de forma unilateral acarreta na imprestabilidade dos documentos e laudos elaborados pela concessionária, conforme já decidiu o superior tribunal de justiça (AgRg no REsp 789945/RS, AgRg no REsp 2005/0173559-4; Relator Ministro Francisco Falcão; T1 - primeira turma; julgado em 16/02/2006; Dj 06/03/2006, pág. 238), situação esta que conduz ao reconhecimento da inexistência do débito aferido pela CELPE.

Neste mesmo sentido, colaciono precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO MONOCRATICAMENTE- INEXEGIBILIDADE DE DÉBITO RELATIVO À FRAUDE EM MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA UNILATERALMENTE AFERIDA- ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO TÉCNICO DA CONCESSIONÁRIA- AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO HOSTILIZADA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO EM DECISÃO UNÂNIME - Não pode prosperar a realização de procedimento unilateral da concessionária de energia elétrica para imposição de penalidade, apurada também de forma unilateral, sob pena de interrupção no fornecimento; tratando-se de relação de consumo, aplicáveis à espécie as normas protetivas ao consumidor, de modo a proteger a parte hipossuficiente numa relação em que apenas a concessionária detém o monopólio das informações e do procedimento que levaram à conclusão de ocorrência de defeito no medidor. Não se pode atribuir ao consumidor, sob a mera alegação



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

de que o mesmo é depositário, a responsabilidade por eventuais danos ou irregularidades no medidor de consumo, sem que se desincumba a recorrente de provar o alegado; nesse diapasão, a apuração das supostas irregularidades de forma unilateral acarreta na imprestabilidade dos documentos e laudos elaborados pela concessionária, conforme já decidiu o superior tribunal de justiça (AgRg no REsp 789945 /RS agravo regimental no recurso especial 2005/0173559-4; Relator Ministro Francisco Falcão (1116); t1 - primeira turma; julgado em 16/02/2006; Dj 06/03/2006 p. 238), situação esta que conduz ao reconhecimento da inexistência do débito aferido pela CELPE. Agravo legal rejeitado, à unanimidade de votos." (TJ-PE - Agv: 2532809 PE 0018345-49.2012.8.17.0000, relator: Bartolomeu Bueno, data de julgamento: 04/10/2012, 3ª câmara cível, data de publicação: 188)

"EMENTA: AGRAVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO DA APELAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE. - A ilegalidade do procedimento técnico realizado pela agravante reside na apuração das supostas irregularidades de forma unilateral, o que acarreta na imprestabilidade dos documentos e laudos elaborados, pelo que não se pode considerar que a fraude levantada restou cabalmente demonstrada. - O superior tribunal de justiça permite a suspensão do fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplemento apenas em razão de conta regular, relativa ao mês do consumo, considerando incabível tal conduta quando for relativa a débitos pretéritos, que devem ser cobrados através dos meios ordinários, e não por meio coativo de ameaça de corte do fornecimento, configurando tal expediente constrangimento inadmissível. - o julgamento monocrático foi feito de modo legítimo. - precedentes do STJ." (TJPE, agravo legal, processo n.º: 182102-3/01, Relator: Sílvio de Arruda Beltrão, 3ª câmara cível, julgamento: 16/08/2012)

Destarte, é certo que não se pode tolerar o arbitramento unilateral, baseado em mera estimativa, de valores referentes a consumo supostamente não aferido anteriormente.

Eventuais débitos atrasados devem ser objeto de ação própria, não estando a empresa autorizada a usar o poder de suspensão do serviço como instrumento para coagir o consumidor a quitar débito antigo, apurado sem qualquer respeito ao contraditório.

O tema, aliás, já se encontra pacificado na jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, conforme Súmula nº 13, cujo enunciado apresenta o



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

seguinte teor: "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude."

No mesmo sentido é o entendimento do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUÇÃO. FRAUDE NO MEDIDOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. É ILEGÍTIMO O CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA SE O DÉBITO DECORRER DE SUPOSTA FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO DE ENERGIA, APURADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. 2. Hipótese em que o tribunal de origem, após análise da documentação trazida aos autos, consignou não haver prova de fraude que caracterize real consumo de energia da unidade pertencente ao recorrido. Rever tal aspecto é inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ). 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 793.539/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, segunda turma, julgado em 19/05/2009, Djé 19/06/2009)

Ademais, colaciono esse precedente deste Egrégio Tribunal de Justiça acerca da matéria:

"RECURSO DE AGRAVO LEGAL. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA DE DÉBITO PELA CELPE SOB ALEGAÇÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR COMETIDA PELA PARTE AGRAVADA. ILEGALIDADE DA COBRANÇA. DÍVIDA CONTESTADA JUDICIALMENTE. INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. ILEGALIDADE. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA Nº 13 DO TJPE. DANO MORAL EXISTENTE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É ilegal a cobrança de débito, sob a alegação de suposta fraude no medidor de energia elétrica, constituído de forma unilateral e segundo critérios de cálculos incapazes de determinar, cabalmente, o exato consumo que deixou de ser aferido. 2. "é abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério da estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude" (súmula nº 13 do tjepe). 3. Contunde direito da personalidade, provocando dano moral, a suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, decorrente do inadimplemento de débito tido por ilegal." (TJ-PE - Agv: 2262528 PE 0021714-22.2010.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

7

119
M

Almeida Neves, data de julgamento: 14/12/2010, 1ª câmara cível, data de publicação: 231)

Por todo o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso de apelação, com fulcro no art. 557 do CPC, em face da manifesta improcedência das razões recursais e sua contrariedade à jurisprudência desta egrégia corte e dos tribunais superiores, mantendo a sentença recorrida inalterada em todos os seus termos.

Recife, 29 de abril de 2014.

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado

Com efeito, é assente na jurisprudência a não aceitação do arbitramento unilateral do consumo, com base em simples estimativa de valores referentes a consumo supostamente não aferido anteriormente. Sendo assim, tais débitos devem ser objeto de ação própria, sendo ilegal a suspensão do serviço como instrumento de coação do consumidor ao pagamento de débito antigo, apurado sem qualquer respeito ao contraditório.

Nesse sentido, já se posicionou esta colenda corte em caso similar:

EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE DÉBITO C/C PEDIDO LIMINAR E DANOS MORAIS. VISTORIA NO MEDIDOR. EMISSÃO DO TERMO DE IRREGULARIDADE. MULTA PELO CONSUMO NÃO FATURADO DE R\$ 3.226,53. CORTE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ATO QUE CULMINOU NA VIOLAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE. DANOS MORAIS ARBITRADOS EM R\$ 6.220,00. IRRESIGNAÇÃO. MANUTENÇÃO DO JULGADO À UNANIMIDADE DOS VOTOS.

1. Constatando a empresa fornecedora de energia elétrica a existência de defeito no medidor de consumidor, a comprovação deverá ser feita através de prova idônea, sob pena de considerar-se insubsistente débito anterior, não faturado em decorrência do alegado defeito;
2. O Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII) defende a inversão do ônus da prova sempre que presentes os pressupostos da verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor;
3. A suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação unilateral;

4. Nada existe com o recurso de agravo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior que negou seguimento ao recurso de apelação. Agravo Legal improvido à unanimidade.

(TJPE, 4ª Câmara Cível, Agravo nº. 0167661-1/01, Relator Des. Eurico de Barros Correia Filho, à unanimidade, Data de julgamento: 07/03/2013, data da publicação: 18/03/2013.)

Verifica-se, portanto, que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a agravante, em suas razões, elemento apto modificar o posicionamento adotado por esta Relatoria.

Isto posto, o meu voto é para **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume decisão terminativa ora hostilizada.

É como voto.

Recife, 22.05.14.

Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado